





DIRETORIA LEGISLATIVA COORDENAÇÃO DE COMISSÕES GERÊNCIA DE APOIO ÁS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública conjunta da Comissão de Educação (COMED) e Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPCD), realizada no dia 25 de abril de 2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, com início às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a Audiência Pública conjunta da Comissão De Educação (COMED) e Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPCD), em atenção aos requerimentos n. 3760/23, de autoria do vereador Capitão Carpê; n.3761/23, do vereador Professor Samuel; n. 3762/23, da tutela do vereador Jaildo Oliveira e 3768/23, de autoria do vereador Rodrigo Guedes para discutir a necessidade de professores mediadores para atenderem aos alunos especiais nas escolas públicas municipais. Sob a presidência do vereador Professor Samuel (PL), presidente da COMED, a mesa foi composta ainda pelo vereador Rodrigo Guedes (Podemos), presidente da COMPCD e membro titular da COMED e William Alemão (CIDADANIA), suplente da COMED. Também estiveram na mesa de trabalhos: deputada estadual Joana D'Arc; professora Dulce Almeida, Secretária Municipal de Educação; Neyrimar Barreto, Presidente do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência; Nubia Nascimento Brasil, Presidente da Associação de Mães Unidas pelo Autismo; Miriã Jéssica Encarnação de Lima, especialista em educação especial e inclusiva; Weyder Bindá Alonso, pedagogo do Pró-Jovem Urbano; Wilkens Figueiredo, Presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência do Amazonas; Emerson da Silva Castro, Presidente do Fundo Manaus Solidária; Valquindar Ferreira Mar Júnior, conhecido como Professor Júnior Mar, Subsecretario de Educação de Manaus; Bento Moreira Lima, Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB. Pela COMED e COMPCD participaram os vereadores Fransua (PV), Eduardo Alfaia (PMN), Professora Jacqueline (União), William Alemão (CIDADANIA), Raulzinho (PSDB), Kennedy Marques (PMN), Lissandro Breval (AVANTE), Dione Carvalho (PATRIOTA) e Sassá da Construção Civil (PT). Além destes foram registradas as presenças dos vereadores presidente Caio André (PSC), Daniel Vasconcelos (PSC) e Jander Lobato (PSB). No início da sessão, o vereador professor Samuel destacou que, mesmo que os vereadores tenham debatido o assunto em várias sessões, a audiência veio ao encontro da necessidade de informar à população como estava sendo tratado o tema da necessidade de mediadores nas escolas públicas. Feito esse registro, ele passou a palavra à Secretária de Educação municipal, registrando que a Mesa era composta pelos maiores especialistas no assunto. A secretária Dulce Almeida afirmou, de início, que quando assumiu o Fundo Manaus Solidária foi quando conheceu a luta das famílias de PCDs e reconheceu que essas famílias precisavam de orientações e capacitações para que pudessem orientar suas crianças. Com a palavra, o subsecretário Junior Mar destacou que havia 245 mil crianças de 1 a 3 anos em creches, e de 4 e 5 anos nos centros municipais de educação infantil no fundamental, do 1º ao 9º ano, mas não havia como afirmar se o número de alunos especiais era maior do que o registrado, de 6.271 de alunos PCDs nas escolas













municipais, com necessidades especiais. Ele informou, contudo, que hoje a Secretaria de Educação garantia a vaga de todo aluno com deficiência e, para esta garantia, havia uma Gerência de Educação Especial e o Centro Municipal de Educação Especial (CMEE). Segundo ele, a gerência teria sido criada para fornecer uma equipe multidisciplinar para atender às famílias de alunos especiais. Atualmente, segundo o Subsecretário, havia apenas uma escola municipal de Educação Especial, a escola André Vidal, mas as vagas eram abertas em todas as escolas aos alunos especiais. Em algumas escolas havia salas com recursos didáticos para alunos especiais, e segundo a secretária Dulce Almeida, até o final deste ano todas as creches e CMEIs deveriam ter essas salas. Segundo a professora Dulce Almeida, hoje existiam 31 salas especiais e 12 programas no CMEE, como estimulo de aprendizagem a autistas. Informou, ainda, que atualmente aconteciam 1.393 atendimentos mensais no CMEE, mas que não seria suficiente, havendo grande necessidade de mais profissionais, mais psicólogos e fonoaudiólogos, além de assistentes sociais. De 3.824 atendidas, em estimativa da secretaria, pelo menos 1.324 dessas precisariam de atendimento de mediadores na escola, mas até o ano passado apenas 178 profissionais mediadores atuariam junto a 1.324 crianças, o que implicou a contratação de estagiários, que hoje eram cerca de 700. Em seguida, a palavra foi concedida ao senhor Neyrimar Furukawa Barreto, que destacou que o problema dos estagiários seria que as crianças criavam vínculo e o profissional não podia ser contratado ou ter o estágio estendido. Para ela, muitas das pautas da audiência poderiam ser prioridade da prometida Secretaria de PCDs, que foi um compromisso de campanha do prefeito David Almeida. Nesse ponto, o vereador professor Samuel comentou que, nos dez anos que estaria na Câmara, sempre viu os vereadores priorizarem a causa dos PCDs, seja falando na tribuna ou destinando emendas. Em seguida, com a palavra, o senhor Weyder Ricardo Bindá Alonso contou que teve oportunidade de trabalhar com a educação inclusiva por quatro anos e acompanhou auxiliares pedagógicos de inclusão. Para ele, o mediador tem de ser exclusivo e ficar em sala com a criança, e para corroborar sua opinião, solicitou que escutassem profissionais da área. convidado destacou que o apoio pedagógico precisava estar presente mesmo que o estudante não precisasse, para garantir a autonomia da criança e do professor que poderia contar com auxílio se precisasse. Em seguida, o presidente da COMED passou a palavra para a senhora Núbia Nascimento Brasil, que frisou que o autista precisaria de independência, mas que os professores deveriam entender que os autistas tinham dificuldades de concentração. Ela exemplificou um caso particular, em que teria avisado à professora que seu filho, Ronaldo, não poderia ouvir o termo autoritarismo em vez de autoridade, senão entraria em crise, e a professora não a ouviu e seu filho teria entrado em crise, por duas vezes. Nas duas ocasiões, seu filho teria batido a cabeça na parede e na outra o punho, tendo se machucado. Ela solicitou, ainda, que fosse feita fiscalização na escola André Vidal, onde haveria alunos há mais de dez anos na escola, como se fosse uma creche, enquanto várias crianças precisavam de vaga. O vereador Eduardo Alfaia destacou que seria necessário que todos tivessem falas mais ponderadas com respeito uns com os outros. O vereador Rodrigo Guedes, em seguida, destacou que iria abrir mão de sua fala, e sugeriu o mesmo aos outros vereadores para dar tempo maior aos representantes das crianças PCDs. A senhora Fabiana Nascimento mostrou aos presentes seu filho autista com abafadores no ouvido para não ser incomodado pelo barulho. Ela afirmou que teve o





Página 2 de 5







diagnóstico do filho, de 19 anos, há 3 anos e sete meses. Ela destacou que a necessidade dos mediadores era urgente, porque não era possível para um professor dar aula e sair para ajudar na troca de fraldas de uma criança com necessidades especiais. A senhora Jussara Castro, da Associação de Mães da Escola André Vidal, mãe do Francisco Lucas, de 22 anos, com TDAH e paralisia cerebral, destacou que a luta de todas as mães era a mesma, e que a escola André Vidal era de excelência, onde havia todo apoio às crianças especiais, mas reconheceu que a demanda seria maior do que a escola poderia suportar. O senhor Cloir Pistoli, da Associação Superando Limites, disse esperar que a audiência resultasse na efetivação de mediadores nas escolas. Ele destacou que os estagiários não podiam continuar como uma emergência, que seria necessário fazer concurso para mediadores efetivos para que os pais não necessitassem, todos os anos, brigar pela mesma coisa. Ele contou que seu filho de 12 anos, autista, estaria fora da escola por não ter profissional especializado para mediar sua participação na sala de aula. Cloir sugeriu a criação de um grupo que envolvesse os Conselhos Tutelares, ONGs e a Secretaria de Educação, para comecar a estudar a saída dessa eterna emergência. A senhora Sonia Maria Barbosa da Silva, mãe de duas crianças autistas, contou que sua filha Maitê seria nível 1 de autismo e teria na escola um mediador, já seu filho, Tiago, que seria grau 2. não teria mediador, mesmo que seja ele que precise mais. Como seu filho seria não verbal, teria chegado da escola com mordidas e escoriações e que não saberiam dizer como ele teria se machucado. Por isso, segundo ela, o filho teria sido colocado numa escola particular, como bolsista integral. Ela também frisou que seria necessário campanhas para explicar aos colegas de sala como eram os PCDs para, assim, provocar mais aceitação. A senhora Lena Ribeiro, do grupo Mães Atípicas, destacou que seu filho teria se acostumado com vários estagiários, mas eles estariam sempre sendo trocados. Ela afirmou que haveria muitas denúncias de maus tratos na Escola André Vidal e também em relação ao CMEE. Segundo ela, havia gestores que expulsariam as mães das escolas porque iriam reclamar de alunos que estavam lá há dez ou quinze anos sem sair, protegidos e tirando a vaga de outros. Já no CMEE haveria denúncias de que não existiam vagas para atendimento, que os atendimentos seriam liberados apenas se a escola pedisse e não diretamente às mães solicitantes. A senhora Brenda Sonona, da Associação de Mães de Cardiopatas, disse acreditar que em breve haveria mais mediadores nas escolas. A senhora Verusa, mãe do Mateus, autista e cadeirante, disse que na escola do filho não haveria nenhum mediador e haveria cerca de 20 crianças PCDs. Ela destacou que o medo dela e de várias mães seria que o filho evoluísse para graus mais altos de autismo pela falta de profissionais especializados nas escolas. Ela desabafou sobre o problema de várias mães, que alguns motoristas de Uber não aceitariam cadeira de rodas e ela teria por vezes de deixar seu filho trancado para buscar neurologista, fonoaudiólogo ou outros especialistas. O aluno ativista da causa PCD, Rafael Alma, autista, agradeceu por uma lei do vereador Rodrigo Guedes que valida o laudo do autista por tempo indeterminado. O senhor Nederson Winderson Inglês da ONG Juntos Somos Mais Fortes, destacou que desde a eleição de David Almeida esperava pela secretaria de PCD, mas acreditava que ela sairia ainda nessa gestão. A senhora Ana Cristina, da ONG Supermães, mãe do Heitor, autista, disse que seria necessário também tratamento às mães, que sofriam muito nesses processos, ela mesma faria tratamento de ansiedade e depressão. Ela sugeriu que muitos pais e mães poderiam se revezar



Página 3 de 5







como mediadores numa emergência. Carolina Freire, mãe do Apolo, de 7 anos, autista grau 2, destacou que avançaram muito na área, mas ainda era muito pouco e que seu filho tomaria dois remédios controlados por dia para ser aceito. Ela considerou que ouviram muitas histórias, mas que o assunto principal teria se perdido, que seria a contratação de mediadores, concursos, capacitação de profissionais da educação. Ela contou que tinha uma sentença favorável para ela ter um mediador para o filho desde março deste ano, mas não havia mediadores disponíveis. A senhora Michelle Gomes também contou ter uma sentença favorável para mediador para o filho, mas sem disponibilidade de profissionais. Com a palavra, o vereador Rodrigo Guedes destacou que todos os presentes deveriam saber que o artigo 59 da Lei Orgânica determinava que apenas o prefeito poderia criar lei para estabelecer novos servidores, no caso, os mediadores, e que os vereadores não teriam esse poder. O professor Samuel destacou que os vereadores poderiam fazer uma indicação para pedir ao prefeito que enviasse um projeto de lei com aquele teor. A deputada estadual Joana D'Arc, mãe do bebê Joaquim, portador da síndrome de Down, destacou que o assunto da audiência seria uma de suas missões e que a luta de todas as mães PCDs seria única e não deveria haver desunião. Ela sugeriu que poderia se pensar em criar uma gratificação para os professores que quisessem trabalhar no contraturno como mediadores e também frisou a necessidade de capacitar a comunidade escolar para tratar com PCDs. A deputada destacou que iria a Brasília para buscar oficializar e regulamentar um nome para este profissional nas escolas, chamado extraoficialmente de mediador. O senhor Neyrimar destacou que não poderiam ficar apenas nas palavras e sugeriu que fizessem um conselho para discutir a regulamentação e contratação de mediadores. O vereador Professor Samuel destacou que seria possível se reunir para formar este Conselho. Em nova fala, o vereador Rodrigo Guedes frisou a existência de um projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal para criar mediadores, o qual seria inconstitucional, pois somente o prefeito poderia criar novos cargos no funcionalismo público. O vereador Raulzinho destacou ter se emocionado com o testemunho das mães. Para o vereador William Alemão, seria necessário que a secretária de Educação abraçasse a causa dos mediadores. Depois de todos os inscritos terem falado e não havendo nada mais a tratar, o presidente da COMED agradeceu a presença de todos e encerroy a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos. E para que conste eu. / tentro (Liege Albuquerque, redatora da comissão), lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.

Ver. Prof Samuel (Republicanos)
Presidente da COMED

Ver. Fransuá (PV) Membro da COMED e COMPCD Ver. Rodrigo Guedes (Podemos)
Presidente da COMPCD e

membro da COMPCD e

Ver. William Alemão (CIDADANIA)
Membro da COMED







Ver. Profa. Jacqueline (União Brasil)

Membro da COMED

Ver. Raulzinho (PSDB) Membro da COMED

Ver. Dione Carvalho (Patriota)
Membro da COMPCD

Ver. Eduardo Alfaia (PMN)
Membro da COMED

Ver. Kennedy Marques (PMN)
Membro da COMED

Ver. Lissandro Breval (AVANTE)

Membro da COMPCD

Ver. Sassá da Construção Civil (PT)

Membro da COMPCD